

# **A relação entre conflitos armados e o controlo de recursos naturais**

Luís Nuno Quental

Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica Portuguesa <nquental@mail.esb.ucp.pt>

## **Resumo**

A eclosão ou prolongamento de diversos conflitos armados está directa ou indirectamente relacionada com a luta pelo controlo de importantes recursos naturais. O presente artigo revela o ciclo destrutivo que se autoalimenta e é caracterizado pela venda desses recursos em troca de armas, que por sua vez são usadas no controlo de territórios ainda mais vastos e aterrorizar as populações locais. Deste processo resultam violações sistemáticas aos direitos humanos e uma destruição ambiental ruínosa.

## **1. Introdução**

O século XX foi o mais violento da história humana, sem precedentes na escala e intensidade de violência e poder de destruição. Algumas pessoas, como o industrial sueco Alfred Nobel, que inventou a dinamite em 1867, criam que o poder destrutivo passaria a ser de tal ordem que as guerras se tornariam cada vez menos prováveis. A pacifista Bertha von Suttner foi capaz de convencer o seu amigo Nobel a doar postumamente boa parte da sua fortuna para a criação do famoso prémio – que ela viria a receber em 1905. Von Suttner faleceu no início da I Guerra Mundial, em 1914, como que levando consigo a esperança de um mundo de paz.

Efectivamente, foi mesmo necessário inventar novas palavras para descrever o horror que caracterizou o século XX: genocídio passou a significar a destruição sistemática e deliberada de um grupo étnico, político ou cultural. Entre 1900 e 1995, o mundo viu sucumbir 109,7 milhões de pessoas, grande parte das quais civis, enquanto no período decorrido entre 1990 e 2000 eclodiram 118 conflitos armados responsáveis pela morte de aproximadamente 6 milhões de vidas (Brown *et al*, 1999).

Para além de eliminar vidas, a guerra também destrói culturas agrícolas, florestas, sistemas hídricos e vários outros recursos naturais. Durante a Guerra do Golfo, por exemplo, foram derramados no Golfo Pérsico e no Mar Árábico entre 6 e 8 milhões de barris de crude que provocaram a morte de 15 000 a 30 000 aves marítimas e contaminaram florestas de mangais e bancos de coral. Décadas passadas sobre a Guerra do Vietname, ainda são visíveis os estragos provocados pela desfoliação de 325 000

hectares de floresta que a utilização de Agente Laranja acarretou (World Resources Institute, 2003).

A guerra também destrói ou enfraquece as instituições que estão na base dos processos de decisão, facilitando o aparecimento de grupos rebeldes e autoritários e da corrupção. A maior parte das guerras actuais desenvolve-se dentro das fronteiras nacionais e não entre as nações, mas os seus efeitos estendem-se, por norma, aos países vizinhos. Entre a variedade de motivações para a guerra encontra-se a competição por recursos naturais valiosos, quer existam em abundância ou sejam raros. Quando são abundantes, os recursos em causa são normalmente não-renováveis; quando a competição é por recursos escassos, estes por regra não são comercializáveis nem pilháveis (caso da água e de solos agrícolas).

## 2. Características dos conflitos em torno dos recursos naturais

A competição por recursos naturais valiosos como o ouro, petróleo, diamantes ou madeira é inúmeras vezes um factor preponderante que está na origem da violência. Segundo uma estimativa, um quarto das cinquenta guerras e conflitos armados activos em 2001 foram despoletados, exacerbados ou financiados pela exploração legal ou ilegal de recursos naturais, dos quais se apresentam alguns exemplos na Tabela 1.

**Tabela 1 – Estimativa das receitas geradas a partir de conflitos de competição por recursos (Renner, 2002)**

Combatente	Recurso	Período	Estimativa de receita gerada (USD)
UNITA (Angola)	Diamantes	1992-2001	4-4,2 mil milhões (total)
RUF (Serra Leoa)	Diamantes	Anos 90	25-125 milhões/ano
Taylor (Libéria)	Madeira	Finais dos anos 90	100-187 milhões/ano
Governo Sudanês	Petróleo	Desde 1999	400 milhões/ano
Governo Ruandês	Tantalite-columbite (do Congo)	1999-2000	250 milhões (total)
Taliban (Afeganistão)	Ópio, heroína	Meados dos anos 90-2001	30-40 milhões/ano
Aliança do Norte (Afeganistão)	Lápis-lazúli, esmeraldas, ópio	Meados dos anos 90-2001	60 milhões/ano
Khmers Vermelhos (Cambodja)	Madeira	Meados dos anos 90	120-240 milhões/ano
Governo Cambojano	Madeira	Meados dos anos 90	100-150 milhões/ano
Governo Birmanês	Madeira	Anos 90	112 milhões/ano
FARC (Colômbia)	Cocaína	Finais dos anos 90	140 milhões/ano

Desde o final dos anos 90 que é generalizado o conhecimento da relação íntima existente entre extracção ilegal de recursos, tráfico de armas, conflitos violentos, violações dos direitos humanos e destruição ambiental. Em vários locais, a pilhagem de

petróleo, minerais, metais, gemas ou madeira tem permitido a continuação de guerras que foram desencadeadas por outros factores (diferenças ideológicas, por exemplo). Porém, na maioria dos casos, a existência de recursos valiosos atrai grupos que afirmam prosseguir um fim político e aparentemente legítimo, como a defesa de direitos de minorias étnicas, mas que na verdade apenas pretendem controlar aqueles recursos. Este cenário é facilitado pela débil estrutura estatal, reduzida educação e falta de direitos cívicos da população, e ainda pela capacidade económica pouco significativa que encontramos em muitos dos países com conflitos semelhantes aos descritos.

Se a extracção dos recursos gera avultadas receitas, esse benefício só dificilmente é traduzido numa melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. De facto, os montantes envolvidos servem para alimentar uma intrincada teia de influências, corrupção e a riqueza de vários líderes políticos e militares de alta patente. Pelo contrário, as populações vêm-se inúmeras vezes a braços com os problemas ambientais que a extracção dos recursos provoca, e que pode mesmo ditar a morte de muitos civis e a eliminação da sua base de sobrevivência.

A capacidade de controlo sobre determinado recurso depende dos meios existentes para o fazer. Enquanto Governos os têm, em princípio, à sua disposição, quer directamente quer por intermédio de empresas estrangeiras, grupos rebeldes possuem meios mais limitados. Recursos relativamente dispersos pelo território como os diamantes e a madeira são um alvo relativamente fácil para esses grupos, enquanto operações de mineração em grande escala e a extracção petrolífera são praticamente imunes à pilhagem. Governo e rebeldes, porém, assemelham-se em muitos aspectos, nomeadamente no uso sistemático do terror sobre as populações locais no sentido de as intimidar, fazer obedecer cegamente e mesmo escravizar (Le Billon, 2001). A Tabela 2 resume as características principais de dezasseis conflitos armados.

**Tabela 2 – Impacto da riqueza de recursos em 16 conflitos armados (Renner, 2002)**

Localização do conflito	Período	Características principais do conflito <sup>1</sup>	Impacto da riqueza de recursos no conflito		
			Início	Duração	Intensidade <sup>2</sup>
Afganistão	1979-2001	Pilhagens	Não	Prolongamento	Não
Angola	1975-2002	Pilhagens, pilhagem cooperativa, batalhas para controlo de recursos	Não	Prolongamento	Duplo sentido
Angola (Cabinda)	Desde 1975	Disfunções ambientais	Sim	Nenhum	Não
Birmânia	Desde 1949	Pilhagens, batalhas para controlo de recursos, incentivos, pilhagem cooperativa	Não	Indefinido	Duplo sentido
Camboja	1978-97	Pilhagens, batalhas para controlo de recursos, pilhagem cooperativa, falta de liderança	Não	Indefinido	Duplo sentido
Colômbia	Desde 1984	Pilhagens, batalhas	Não	Prolongamento	Duplo

		para controlo de recursos, pilhagem cooperativa			sentido
República do Congo	1997	Pilhagens, incentivos	Sim	Encurtamento	Não
Zaire	1996-97	Grupos predatórios, pilhagens	Sim	Encurtamento	Não
República Democrática do Congo	Desde 1998	Pilhagens, batalhas para controlo de recursos, pilhagem cooperativa, desincentivos	Sim	Prolongamento	Duplo sentido
Indonésia (Aceh)	Desde 1975	Disfunções ambientais, repressão	Sim	Nenhum	Sim
Indonésia (Nova Guiné)	Desde 1969	Repressão	Não	Nenhum	Sim
Libéria	1989-96	Pilhagens, batalhas para controlo de recursos, pilhagem cooperativa, falta de liderança, desincentivos	Não	Prolongamento	Duplo sentido
Papua Nova Guiné Não (Bougainville)	1988-98	Disfunções ambientais	Sim	Nenhum	Não
Peru	1980-95	Pilhagens, batalhas para controlo de recursos	Não	Prolongamento	Sim
Serra Leoa	1991-2000	Pilhagens, grupos predatórios, batalhas para controlo de recursos, pilhagem cooperativa	Sim	Prolongamento	Duplo sentido
Sudão	Desde 1983	Pilhagens, disfunções ambientais, batalhas para controlo de recursos, pilhagem cooperativa, repressão	Sim	Prolongamento	Sim
Número de conflitos em que a riqueza de recursos teve impacto			8	8: prolongamento 2: encurtamento	4 (mais 7 com duplo sentido)

<sup>1</sup> - Significado dos termos: **Pilhagens**: casos em que a pilhagem de recursos naturais ajudou a despoletar um conflito ou a prolongá-lo; **Batalhas para controlo de recursos**: batalhas entre grupos rivais para controlo de territórios ricos em recursos naturais; **Pilhagem cooperativa**: cooperação temporária entre grupos rivais no saque de recursos de modo a garantir a continuação das actividades ilícitas; **Grupos predatórios**: aparecimento de grupos que se tornam extremamente violentos de modo a prosseguirem o saque de recursos naturais; **Falta de liderança**: incapacidade de o líder de um grupo obrigar os seus membros a serem fiéis às suas decisões; **Incentivos e desincentivos**: existência ou não de incentivos para o estabelecimento da paz; **Repressão**: violação sistemática dos direitos humanos para evitar o

aparecimento de grupos rebeldes ou revoltosos; **Disfunções ambientais:** casos em que a existência de disfunções sociais, económicas e políticas ajudam ao despoletar da violência.

<sup>2</sup> - **Duplo sentido:** quando não existe uma tendência evidente (por exemplo, conflitos em que se observam batalhas pelo controlo de recursos e momentos de pilhagem cooperativa).

As indústrias extractivas tendem a seguir um ciclo de “boom” e implosão que tem efeitos altamente nefastos para economias pouco diversificadas. Quando as receitas previstas servem de garantia bancária para os Governos recorrerem ao crédito, a instabilidade dos preços torna-se especialmente preocupante. Desde os anos 70 que os preços das comodidades que não combustíveis têm vindo sucessivamente a descer, pelo que vários países, para compensar a perda de receitas, foram obrigados a aumentar o seu endividamento externo. O problema é ainda mais grave quando o crédito obtido inicialmente não foi investido em actividades produtivas, o que ocorre frequentemente. (Ross, 2001).

Ao contrário do que poderia parecer lógico, as receitas geradas com a venda dos recursos naturais tendem a criar apenas pequenos núcleos de grande riqueza no seio da sociedade. Do ponto de vista laboral e empresarial, as grandes empresas extractivas em causa, normalmente sem componente de processamento, baseiam-se em mão-de-obra pouco qualificada, criam poucos empregos indirectos (já que estão pouco ligadas à economia local) e logo não constituem um estímulo à inovação mas antes à manutenção do *status quo*. As receitas governamentais provêm de concessões que são atribuídas ou da venda directa dos recursos e menos dos impostos dos contribuintes, o que cria as condições para a proliferação da corrupção e para a falta de transparência. Trata-se de um perigoso ciclo vicioso (Sachs e Warner, 1995).

Estatisticamente, quanto mais dependentes estão os países da exportação de minerais, pior a sua classificação no índice de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A situação dos países exportadores de petróleo é semelhante, embora menos pronunciada (Ross, 2001).

A segurança interna desses países é preocupante. Pressionados pelo Ocidente para cortarem despesas de modo a equilibrar as finanças públicas, deixam de conseguir manter elevados exércitos, ficando os soldados com salários em atraso. Estes, na procura de fontes alternativas de rendimento, tornam-se dissidentes e envolvem-se no ciclo vicioso da tortura, exploração indiscriminada de recursos, sua venda e aquisição de armas. Criam-se assim regimes *de facto* dominados por antigos combatentes que escapam totalmente ao controlo estatal (Kaldor, 1999). A falta de segurança está directamente relacionada com a proliferação de armas de defesa pessoal. Embora as estimativas variem, crê-se só durante o ano 2000 tenham sido produzidas qualquer coisa como 8 milhões de pistolas, revólveres, carabinas, espingardas e metralhadoras, dos quais apenas 1 milhão se destinou a fins militares, e 15 mil milhões de munições. Em todo o mundo existirão cerca de 638 milhões de armas ligeiras (Renner, 1997). Por que tanto o tráfico de armas como o de certos recursos naturais envolve pessoas e grupos de legitimidade no mínimo duvidosa, o mercado negro prolifera: armas e recursos como a madeira, minério e diamantes viajam em direcções opostas, fazem parte de um mercado comum que se autofinancia.

Entretanto, os consumidores finais dificilmente terão inteira consciência de que parte dos seus telefones móveis, jóias e mobílias carregam consigo a indelével marca da violência gratuita e da violação dos direitos humanos (Renner, 2002).

### 3. O ambiente é seriamente afectado

Muitos dos conflitos actualmente activos relacionados com recursos naturais travam-se em zonas do planeta altamente sensíveis e valiosas do ponto de vista ambiental. No seu conjunto, República Democrática do Congo, Indonésia, Papua Nova Guiné e Colômbia representam 10 por cento das florestas tropicais existentes. Mais de metade das florestas africanas concentra-se na República Democrática do Congo, país que possui igualmente o maior número de espécies de mamíferos e de aves do continente. Contudo, durante os anos 90, foi dos países do mundo que mais área florestal perdeu. Na Tabela 3 resume-se o impacto ambiental provocado por alguns conflitos armados.

**Tabela 3 – Impactos ambientais de diversos conflitos (adaptado de Renner, 2002)**

Localização do conflito	Principais impactos ambientais
Indonésia (Ilha de Bornéu)	É palco de um conflito que divide a população indígena (mais de 3 milhões de pessoas conhecidas como Dayak) de empresas madeireiras e de plantação de óleo de palma. Desde 1960 que as ricas florestas tropicais vêm sendo abatidas indiscriminadamente, fenómeno que foi abertamente apoiado pelo regime de Suharto através de diversas leis. Embora cerca de 63 por cento da ilha ainda seja florestada, se o ritmo de destruição continuar as florestas poderão desaparecer em 10 ou 20 anos.
República Democrática do Congo	A parte ocidental do país tem sido devastada por uma série de guerras civis e de movimentos de refugiados desde o início dos anos 90. Associada surge a pilhagem de recursos naturais, sobretudo madeira e minerais (tantalite-columbite, usado na produção de telefones móveis). Como resultado de todos estes factores, vários parques naturais foram severamente afectados, incluindo a sua diversidade animal com a morte de elefantes, gorilas, búfalos e antílopes, entre outros.
Ruanda	A guerra civil de 1990-94 estendeu-se ao Zaire praticamente desde o seu início. Após o genocídio do Ruanda, saíram repentinamente do país 2 milhões de refugiados, dos quais metade se instalou nos limites do Parque Nacional Virungas, no Zaire, ou mesmo no seu interior. A necessidade de lenha ditou o desaparecimento de 75 quilómetros quadrados de floresta.
Libéria	Embora ainda possuindo um coberto vegetal notável e uma rica diversidade biológica onde se incluem elefantes da floresta e hipopótamos pigmeus, a escala de destruição actual é de tal ordem que a floresta poderá desaparecer em pouco mais de uma década. As práticas são absolutamente insustentáveis, como atestam enormes troncos deixados a apodrecer quando a procura não é suficiente.

### 4. Medidas para terminar com a escalada de violência e com a destruição ambiental

Os conflitos para controlo de recursos naturais têm-se multiplicado em parte devido à forma como são encarados pela comunidade internacional. Como poderosos interesses procuram uma abordagem do tipo “business-as-usual”, só o empenho sério da comunidade internacional poderá inverter a situação e ser capaz de enfrentar esses interesses.

O Conselho de Segurança tomou medidas em alguns casos, como atesta a Tabela 4. O embargo ao comércio de diamantes na Libéria, por exemplo, teve algum sucesso. Organizações em todo o mundo apelam à extensão dessas medidas a outros recursos, o

que nem sempre tem ocorrido: a França e a China, grandes importadores da madeira liberiana, opuseram-se ao estabelecimento de sanções à sua comercialização.

**Tabela 4 – Algumas sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (Renner, 2002)**

<b>País</b>	<b>Resolução</b>	<b>Data</b>	<b>Acção do Conselho de Segurança</b>
Libéria	788	Novembro de 1992	Embargo de armas contra a Libéria.
Camboja	792	Dezembro de 1992	Interdição à exportação de troncos do Camboja (para eliminar a base financeira dos Khmers Vermelhos).
Angola	864	Setembro de 1993	Embargo à entrega de armas, equipamento militar e combustíveis aos rebeldes da UNITA depois da rejeição do resultado das eleições de 1992.
Angola	1127	Agosto de 1997	Embargos adicionais contra a UNITA: congelamento de contas bancárias, proibição de deslocação ao estrangeiro de elementos importantes da organização, encerramento de diversas delegações.
Serra Leoa	1132	Outubro de 1997	Embargo ao fornecimento de armas e petróleo à Serra Leoa (terminou em 1998). Interdição à deslocação ao estrangeiro dos membros da junta militar.
Angola	1173	Junho de 1998	Embargo à importação directa ou indirecta de diamantes angolanos sem certificação de origem oficial.
Angola	1237	Mai de 1999	Estabelecimento de um painel para investigar violações às sanções impostas contra a UNITA.
Serra Leoa	1306	Julho de 2000	Embargo à importação directa ou indirecta de diamantes em bruto da Serra Leoa. Em Outubro de 2000 o embargo foi aligeirado na sequência de um novo regime de monitorização.
Libéria	1343	Março de 2001	Exige que a Libéria cesse o suporte financeiro e militar à Força Unida Revolucionária e cesse a importação de diamantes em bruto provenientes da Serra Leoa sem certificado de origem oficial; embargo à entrega de armas e interdição de deslocação ao estrangeiro contra os líderes políticos e militares.

Se no caso dos diamantes a comunidade internacional já começou a tomar algumas medidas, entre as quais se encontram embargos e seu controlo através de tecnologias inovadoras – que já são capazes, em muitos casos, de determinar a origem da pedra preciosa –, o comércio ilegal de madeira continua ainda largamente por regular. Não há qualquer instituição com poderes para actuar nesta matéria, com excepção do Conselho de Segurança, e mesmo convenções como a do Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (mais conhecida por CITES) parecem de todo insuficientes para fazer frente ao problema. No caso da CITES, há que ter em consideração que os seus objectivos são mais precisos, não estando directamente relacionada com abates ilegais do ponto de vista geográfico.

Organizações internacionais não-Governamentais como a Global Witness têm tido um papel preponderante na sensibilização dos cidadãos. No final dos anos 90, um relatório

acusava a gigante De Beers de comprar diamantes à UNITA. A empresa, atingida severamente pelo escândalo, foi obrigada a adotar políticas de aquisição mais transparentes (Renner, 2002). Contudo, há sempre outras empresas, possivelmente menos conhecidas, dispostas a ocupar o nicho de mercado assim criado. É necessário estar continuamente atento a tais situações.

Uma medida que tem ganho vários adeptos é a instauração de processos em tribunal contra as empresas prevaricadoras. Embora o processo de chegar a julgamento seja moroso e complexo, as consequências podem ser de tal modo graves para elas – sobretudo em países com tradição nesta área, como os Estados Unidos da América – que é provável que corrijam por precaução pelo menos algumas das práticas de que são acusadas.

## 5. Conclusão

O controlo de recursos naturais fundamentais tem ditado a existência de muitos conflitos armados onde a violação dos direitos humanos e a destruição ambiental caminham lado a lado. Embora timidamente, a comunidade internacional, fundamentalmente através das Nações Unidas, já tomou medidas relativamente a alguns casos paradigmáticos, nalguns casos com um sucesso relativo e noutros sem grande efeito. É necessários que os mecanismos de controlo e cumprimentos das sanções impostas sejam reforçados, se necessário envolvendo forças militares (capacetes azuis) bem equipadas e em número suficiente.

Por outro lado, cada vez mais o papel da sociedade civil, individualmente ou organizada, parece impulsionar e guiar a agenda internacional, obrigando os governos a tomar medidas, envergonhando empresas aos olhos de todo o mundo e exigindo das Nações Unidas respostas atempadas.

Em última análise, a grande força que poderá efectiva e duradouramente combater o tráfico de armas e a associada pilhagem e comercialização de recursos naturais é uma sociedade empenhada, consciente, movida por valores éticos e exigente no seu respeito.

## Referências

BROWN, L.; FLAVIN, C.; FRENCH, H. (1999). *State of the World 1999*. Worldwatch Institute, New York.

KALDOR, M. (1999). *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era*. Stanford University Press, Stanford.

LE BILLON, P. (2001). *The Political Ecology of War: Natural Resources and Armed Conflicts*. *Political Geography*, no. 20, pp. 561-584.

RENNER, M. (1997). *Small Arms, Big Impact: the Next Challenge of Disarmament*. Worldwatch Paper 137. Worldwatch Institute, Washington.

RENNER, M. (2002). *The Anatomy of Resource Wars*. Worldwatch Paper 162. Worldwatch Institute, Washington.

ROSS, M. (2001). *Extractive Sectors and the Poor*. Oxfam America, pp. 7-9.

SACHS, D. e WARNER, A. (1995). *Natural Resource Abundance and Economic Growth*. Development Discussion Paper no. 517a. Harvard Institute for International Development, Cambridge, Massachusetts.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (2003). *World Resources 2002-2004*. World Resources Institute, Washington.